

Índice

1.1 TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2016, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	2
1.2 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	3
1.3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2016 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	3
1.4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA.....	3
ANEXO I - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.....	4
ANEXO II - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.....	30

São Paulo, 27 de março de 2017.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2017 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

1.1 TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2016, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da KPMG Auditores Independentes ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) sistema Empresas.Net.

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09 ("Instrução CVM 481"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 17 de março de 2017 nos jornais O Estado de São Paulo nas páginas B7 e B8 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas páginas 69, 70, 71 e 72.

1.2 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e também encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br).

1.3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2016 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$ 9.981.174,37 (nove milhões, novecentos e oitenta e um mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos), restando prejudicada a deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Por essa razão, fica a Companhia dispensada de apresentar as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

1.4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Propõe-se que os membros do Conselho de Administração e Diretoria não recebam remuneração no exercício de 2017.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo II da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

10.1 Comentários dos diretores

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores afirmam que as informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, divulgadas em 16 de março de 2017 no seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

A análise dos diretores esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, e que em 30 de abril de 2015 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em operação comercial plena de suas unidades geradoras, conforme demonstrado abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Os diretores informam que, antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia capitalizou-se tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens (f).

Os diretores comentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que a Companhia continua realizando pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais, por esse motivo a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 38,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 54,0 milhões em 31 de dezembro de 2015) dependendo de aportes de recursos financeiros de seus acionistas juntamente com os resultados futuros, oriundos da geração de caixa da operação comercial. Em 31 de dezembro de 2016 os diretores da Companhia estimam que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2016 com uma receita operacional bruta de R\$ 183,5 milhões, apresentando uma variação positiva de 18,3% se comparada ao exercício de 2015 que apresentou uma receita operacional bruta de R\$ 155,1 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a variação positiva foi de 76,9% se comparada ao exercício de 2014 que apresentou uma receita operacional de bruta de R\$ 87,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 94,2 milhões. (R\$ 71,8 milhões positivo em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 76,5 milhões positivo em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2016 o prejuízo foi de R\$ 9,9 milhões. (R\$ 17,6 milhões de prejuízo em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 69,4 milhões de lucro líquido em 2014).

Os diretores afirmam que, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a liquidez geral e o índice de endividamento da Companhia foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	65.504	58.586	102.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.879	9.838	960
Passivo circulante	103.671	112.571	154.164
Passivo não circulante	682.609	727.299	884.044
Patrimônio líquido	823.619	809.012	643.455
Liquidez geral (1)	0,10	0,08	0,10
Índice de endividamento (2)	0,95	1,04	1,61

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante acrescido do imposto de renda e contribuição social diferidos dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, inclui R\$ 7,2 milhões de adiantamento para aumento de capital ("AFAC"), sendo que, em 31 de dezembro de 2015, totalizava R\$ 24,7 milhões e em 31 de dezembro de 2014 totalizava 183,1 milhões.

Até o presente momento, os diretores da Companhia informam que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A diretoria entende que a Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, está abaixo apresentada:

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	40.386	28.774	28.897
Empréstimos, financiamentos e debêntures	710.640	726.748	714.764
Patrimônio líquido	823.619	809.012	643.455
Índice de dívida bancária líquida (1)	0,81	0,86	1,07

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários divididos pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foi baseado na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Passivo total	786.280	839.870	1.038.208
Patrimônio líquido	823.619	809.012	643.455
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.609.899	1.648.882	1.681.663
Capital próprio	51,16%	49,06%	38,26%
Capital de terceiros	48,84%	50,94%	61,74%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f).

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas operacionais e as dívidas com financiamentos e debêntures, embora não possam garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o Ebitda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Dívida financeira total (1)	(710.640)	(726.748)	(714.764)
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	40.386	28.774	28.897
Dívida financeira líquida	(670.254)	(697.974)	(685.867)
Patrimônio líquido	823.619	809.012	643.455
Índice de endividamento líquido	0,81	0,86	1,07

(1) Dívida financeira total: correspondem às linhas de encargos de dívidas e empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores esclarecem que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Capital próprio	51,16%	49,06%	38,26%
Capital de terceiros	48,84%	50,94%	61,74%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: emissão de debêntures, financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas (por meio de "AFACs" adiantamentos de futuro de capital).

As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os diretores declaram que os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia foram utilizados financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores declaram que em função da geração de caixa, não será necessária a utilização de forma recorrente de linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1g abaixo). Já que o contrato estabelecido como o BNDES veta a contratação de novos financiamentos e ou empréstimos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 710,6 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 17,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 726,7 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 19,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 714,8 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$ 20 milhões. Os diretores afirmam que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2014		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
BNDES - Subcrédito A	14.566	745	15.311	14.359	784	15.143	9.189	3.366	12.555
BNDES - Subcrédito B	5.765	295	6.060	5.683	312	5.995	3.637	1.332	4.969
BNDES - Subcrédito C	651	33	684	642	34	676	414	73	487
BNDES - Subcrédito D	24.705	162	24.867	24.705	191	24.896	16.271	928	17.199
3ª emissão de debêntures	1.105	2.220	3.325	-	383	383	-	-	-
(-) Custo de captação	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)	(1.488)	-	(1.488)
Total	45.233	3.455	48.688	43.830	1.704	45.534	28.023	5.699	33.722
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	194.213	-	194.213	205.822	-	205.822	211.351	-	211.351
BNDES - Subcrédito B	76.868	-	76.868	81.462	-	81.462	83.651	-	83.651
BNDES - Subcrédito C	8.673	-	8.673	9.191	-	9.191	9.512	-	9.512
BNDES - Subcrédito D	123.524	-	123.524	148.228	-	148.228	170.845	-	170.845
3ª emissão de debêntures	275.054	-	275.054	254.137	312	254.449	221.404	2.682	224.086
(-) Custo de captação	(16.380)	-	(16.380)	(17.938)	-	(17.938)	(18.403)	-	(18.403)
Total	661.952	-	661.952	680.902	312	681.214	678.360	2.682	681.042

Os diretores apresentam abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2016:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$ 210,9 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. A Companhia efetuou o pagamento de todas as parcelas semestrais de juros remuneratórios vencidas até 31 de dezembro de 2016. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi incorporado o montante de R\$ 30.866.

Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de

no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2016 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2016 foram liberados o montante de R\$ 468,3 milhões.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. O contrato possui cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas anualmente com base nas informações da Companhia, tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP), porém com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), o BNDES anuiu em 28 de dezembro de 2016 a dispensa, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, da obrigação de "manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2" estabelecida no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1390.1, celebrado em 28 de dezembro de 2012 entre o BNDES e a Ferreira Gomes, em sua Clausula Décima Primeira, do Inciso XVI, alínea (ii).

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E*	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	-	-	15/04/2031
Total			470.610	468.310		

* Subcrédito E: liberação deverá ocorrer após apresentação de diagnóstico sócio econômico de entorno do projeto.

Os juros apurados foram integralizados ao principal trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015 conforme estabelecido em contrato e o montante capitalizado ao principal foi de R\$ 53,6 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores afirmam que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores afirmam que não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

iv. eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora (“Alupar”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia em valor superior a R\$ 15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$ 20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Emissora.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Emissora a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Ferreira Gomes Energia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Os índices não foram apurados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, visto

que a obrigatoriedade encontrava-se em período carência. Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP), porém com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), o BNDES anuiu em 28 de dezembro de 2016 a dispensa, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, da obrigação de “manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2” estabelecida no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1390.1, celebrado em 28 de dezembro de 2012 entre o BNDES e a Ferreira Gomes, em sua Clausula Décima Primeira, do Inciso XVI, alínea (ii).

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os índices não foram apurados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, visto que a obrigatoriedade encontrava-se em período carência.

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores declaram que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os diretores afirmam que os recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados pela Companhia, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 99% (noventa e quatro por cento) do valor empréstimo contratado já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os diretores comentam as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 descrevendo as principais variações ocorridas na Companhia nestas datas.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV	AH
Ativo								
Circulante	65.504	4,1%	58.586	3,6%	11,8%	102.730	6,1%	-43,0%
Caixa e equivalentes de caixa	9.658	0,6%	4.184	0,3%	130,8%	28.897	1,7%	-85,5%
Títulos e valores mobiliários	30.728	1,9%	24.590	1,5%	25,0%	-	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	21.304	1,3%	26.270	1,6%	-18,9%	73.055	4,3%	-64,0%
Devedores diversos	44	0,0%	167	0,0%	-73,7%	104	0,0%	60,6%
Despesas pagas antecipadamente	1.308	0,1%	2.232	0,1%	-41,4%	270	0,0%	726,7%
Tributos e contribuições sociais a compensar	2.462	0,2%	1.143	0,1%	115,4%	404	0,0%	182,9%
Não circulante	1.544.395	95,9%	1.590.296	96,4%	-2,9%	1.578.933	93,9%	0,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.879	0,9%	9.838	0,6%	51,2%	960	0,1%	924,8%
Despesas pagas antecipadamente	14.259	0,9%	15.528	0,9%	-8,2%	-	0,0%	100,0%
Imobilizado	1.503.542	93,4%	1.552.571	94,2%	-3,2%	1.565.579	93,1%	-0,8%
Intangível	11.715	0,7%	12.359	0,7%	-5,2%	12.394	0,7%	-0,3%
Total do ativo	1.609.899	100,0%	1.648.882	100,0%	-2,4%	1.681.663	100,0%	-1,9%
	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV	AH
Passivo								
Circulante	103.671	6,4%	112.571	6,8%	-7,9%	154.164	9,2%	-27,0%
Fornecedores	9.093	0,6%	15.258	0,9%	-40,4%	14.855	0,9%	2,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	48.688	3,0%	45.534	2,8%	6,9%	33.722	2,0%	35,0%
Salários e férias a pagar	56	0,0%	143	0,0%	-60,8%	889	0,1%	-83,9%
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.919	0,2%	3.604	0,2%	8,7%	11.671	0,7%	-69,1%
Uso do bem público	1.304	0,1%	1.194	0,1%	9,2%	1.194	0,1%	0,0%
Provisão para constituição de ativos	27.984	1,7%	34.698	2,1%	-19,3%	77.045	4,6%	-55,0%
Provisões para gastos ambientais	9.758	0,6%	10.816	0,7%	-9,8%	7.768	0,5%	39,2%
Encargos setoriais	2.039	0,1%	1.317	0,1%	54,8%	690	0,0%	90,9%
Credores diversos	830	0,1%	7	0,0%	11757,1%	6.330	0,4%	-99,9%
Não circulante	682.609	42,4%	727.299	44,1%	-6,1%	884.044	52,6%	-17,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	661.952	41,1%	681.214	41,3%	-2,8%	681.042	40,5%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.252	0,5%	24.752	1,5%	-70,7%	183.160	10,9%	-86,5%
Provisões para contingências	1.591	0,1%	1.092	0,1%	45,7%	79	0,0%	1282,3%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	11.044	0,7%	-93,4%	9.292	0,6%	18,9%
Uso do bem público	11.080	0,7%	9.197	0,6%	20,5%	10.471	0,6%	-12,2%
Patrimônio líquido	823.619	51,2%	809.012	49,1%	1,8%	643.455	38,3%	25,7%
Capital social	783.829	48,7%	759.242	46,0%	3,2%	576.082	34,3%	31,8%
Reserva de lucros	39.790	2,5%	49.770	3,0%	-20,1%	67.373	4,0%	-26,1%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.609.899	100,0%	1.648.882	100,0%	-2,4%	1.681.663	100,0%	-1,9%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 40,4% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures; e também refere-se aos montantes exigidos para formação de garantias estabelecidos pelo dos contratos do BNDES e das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 14,5% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na finalização da

implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Clientes a receber

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 1,6% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, o aumento refere-se basicamente ao reajuste anual do IPCA sobre os contratos de vendas no ambiente regulado – CCEARs e pelo aumento de comercialização de energia no ambiente livre.

Em 31 de dezembro de 2015 houve diminuição de 64% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a diminuição refere-se basicamente pelo recebimento de energia comercializada no mercado de curto prazo devido antecipação da entrada em operação comercial no exercício de 2014.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 41,4% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 726,7% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento refere-se basicamente à repactuação do risco hidrológico que a Companhia fez em 28 de dezembro de 2015 nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 115,4% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2015, a variação positiva deve-se substancialmente ao aumento na rubrica de imposto de renda pessoa jurídica.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 182,9% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2014, a variação positiva se deu devido à antecipação de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ no decorrer de 2015.

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 51,2% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo de R\$ 9,9 milhões no exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 924,8% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, pelo fato da Companhia ter apresentado prejuízo de R\$ 17,6 milhões no exercício de 2015.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 8,2% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete apenas a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 100% no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento refere-se basicamente à repactuação do risco hidrológico que a Companhia fez em 28 de dezembro de 2015 nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92, no montante de R\$ 15,5 milhões.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.504 milhões e R\$ 1.553 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 3,2% no ativo imobilizado se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete substancialmente a depreciação do período.

Durante o exercício de 2015 a Companhia concluiu a implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, adicionando ao ativo em serviço da Companhia o montante de R\$ 23 milhões (aplicando recursos, durante o exercício de 2015, no montante de R\$ 10,4 milhões conforme fluxo de caixa das atividades de investimentos da Companhia). Devido ao fato de a Companhia estar em pleno funcionamento, seus ativos sofreram depreciação no montante de R\$ 36 milhões. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 houve uma redução de 13 milhões, representando diminuição de 0,8% no saldo da conta contábil do ativo imobilizado se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 5,2% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução reflete substancialmente a amortização do período.

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 12,3 milhões e apresentou uma redução de 0,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é decorrente principalmente da amortização do ativo intangível devido entrada em operação comercial da Companhia.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 40,4% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, em decorrência dos pagamentos realizados em função da atividade operacional da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 2,7% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, em decorrência da atividade operacional da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 48,7 milhões e apresentou um aumento de 6,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia e pela amortização de juros e principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3º emissão de debêntures.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 45,5 milhões e apresentou um aumento de 35% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2014. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia e pela amortização de juros e principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3º emissão de debêntures.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2016 e 2015 geraram as variações de -60,8% e -83,9 respectivamente entre os exercícios analisados.

Esta rubrica é composta por salários, provisões de férias e 13º salário (obrigações estimadas), as quais conforme legislação são efetuadas provisões mensais, as

variações do saldo desta é justificada pela finalização do cronograma de implantação do empreendimento.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 8,7% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2016, a variação refere-se principalmente ao aumento da provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento de venda de energia.

Em 31 de dezembro de 2015 houve diminuição de 69,1% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a variação refere-se principalmente a redução da provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento e da não incidência do IRPJ e CSLL devidos pela Companhia em razão da apuração de prejuízo no exercício de 2015.

Provisão para constituição de ativos

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 19,3% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 houve redução de 55% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2016 houve redução de 52,0% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, a redução deu-se devido à realização de parte dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços, e também pelo fato da Companhia ter revisitado os montantes estimados de desembolso para o exercício de 2017 e efetuou a reversão do montante de R\$ 7,0 milhões referente a alteração no projeto de cercamento de áreas de preservação permanente (APP).

Em 31 de dezembro de 2015 houve aumento de 39,2% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2014, o aumento deu devido à valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram de R\$ 661,9 milhões e R\$ 681 milhões, respectivamente.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 eram de R\$ 7,2 milhões, 24,7 milhões e R\$ 183 milhões, respectivamente. A redução deu-se devido à integralização dos aportes em capital social pela acionista Alupar Investimento S.A.. Os montantes foram aportados no decorrer dos exercícios com a finalidade de conclusão da obra e de atividades operacionais.

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 eram R\$ 783,8 milhões, R\$ 759,2 milhões e R\$ 576,1 milhões, respectivamente. As variações se deram devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV	AH
Receita operacional líquida	166.834	-1110,75%	139.186	-528,38%	19,9%	83.763	113,12%	66,2%
Custos operacionais	(106.094)	706,35%	(100.596)	381,88%	5,5%	(8.222)	-11,10%	1123,5%
Energia elétrica comprada	(32.315)	215,15%	(32.629)	123,87%	-1,0%	-	0,00%	100,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.398)	129,15%	(19.222)	72,97%	0,9%	(5.835)	-7,88%	229,4%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	(4.821)	32,10%	(5.107)	19,39%	-5,6%	-	0,00%	100,0%
Outros custos operacionais	(11.586)	77,14%	(7.881)	29,92%	47,0%	(80)	-0,11%	9751,3%
Depreciação e amortização	(37.599)	250,33%	(35.382)	134,32%	6,3%	(2.245)	-3,03%	1476,0%
Uso do bem público - UBP	(375)	2,50%	(375)	1,42%	0,0%	(62)	-0,08%	504,8%
Lucro bruto	60.740	-404,39%	38.590	-146,50%	57,4%	75.541	102,02%	-48,9%
Resultado antes do resultado financeiro	(4.939)	32,88%	(2.753)	10,45%	79,4%	(1.469)	-1,98%	87,4%
Pessoal	(742)	4,94%	(704)	2,67%	5,4%	-	0,00%	100,0%
Material	-	0,00%	-	0,00%	0,0%	(9)	-0,01%	-100,0%
Serviços de terceiros	-	0,00%	-	0,00%	0,0%	(382)	-0,52%	-100,0%
Depreciação e amortização	(397)	2,64%	(359)	1,36%	10,6%	(109)	-0,15%	229,4%
Despesas gerais e administrativas	(3.877)	25,81%	(1.979)	7,51%	95,9%	(969)	-1,31%	104,2%
Outras receitas	77	-0,51%	289	-1,10%	-73,4%	-	0,00%	100,0%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	55.801	-371,51%	35.837	-136,05%	55,7%	74.072	100,03%	-51,6%
Resultado financeiro	(70.821)	471,51%	(62.179)	236,05%	13,9%	(25)	-0,03%	248616,0%
Despesa financeira	(75.189)	500,59%	(64.952)	246,57%	15,8%	(30)	-0,04%	216406,7%
Receita financeira	4.368	-29,08%	2.773	-10,53%	57,5%	5	0,01%	55360,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(15.020)	100,00%	(26.342)	100,00%	-43,0%	74.047	100,00%	-135,6%
Imposto de renda	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	(3.137)	-4,2%	-100,0%
Contribuição social	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	(1.454)	-2,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.040	-33,6%	8.819	-33,5%	-42,9%	-	0,0%	100,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.980)	66,44%	(17.523)	66,52%	-43,0%	69.456	93,80%	-125,2%

Em 31 de dezembro de 2016 houve aumento de 19,9% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2015, o aumento refere-se basicamente ao reajuste anual do IPCA sobre os contratos de vendas no ambiente regulado – CCEARs e pelo aumento de comercialização de energia no ambiente livre. Os custos operacionais do exercício de 2016 apresentam se em linha com a receita operacional líquida.

Os diretores informam que em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se em operação plena de suas atividades, por essa razão a receita operacional líquida apresenta 66,2% de variação se comparada ao mesmo período de 2014. Os custos operacionais do exercício de 2015 apresentam se em linha com a receita operacional líquida. Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 auferindo receita operacional apenas no 4º trimestre

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 – Método indireto (Em milhares de reais, exceto percentuais)

Fluxos de caixa	31/12/2015	AV	31/12/2015	AV	AH	31/12/2014	AV	AH
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	86.973	1588,8%	45.885	-185,7%	89,5%	1.079	38,3%	4152,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.247)	-77,6%	(35.956)	145,5%	-88,2%	(223.120)	-7914,9%	-83,9%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(77.252)	-1411,3%	(34.642)	140,2%	123,0%	224.860	7976,6%	-115,4%
Varição no caixa líquido da Companhia	5.474	100,0%	(24.713)	100,0%	-122,2%	2.819	100,0%	-976,7%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi positiva em R\$ 5,4 milhões, representando um aumento de R\$ 30,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativa em R\$ 24,7 milhões, representando uma diminuição de R\$ 27,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Estas variações podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Os diretores comentam que a variação de 89,5% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, referem-se principalmente ao aumento das receitas operacionais auferidas em virtude da comercialização de energia de curto prazo. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados na finalização da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes e nas atividades operacionais da Companhia, bem como com despesas operacionais e amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os diretores comentam que a variação de 4152,5% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e

2014, referem-se principalmente as receitas operacionais auferidas devido à entrada em operação comercial da Companhia.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Os diretores entendem que a redução de 88,2% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e que a redução de 83,9% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são decorrentes da diminuição de gastos com investimentos em razão da conclusão da construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Os diretores entendem que o aumento na variação de 140,2% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, é decorrente, da amortização dos juros e do principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3ª emissão de debêntures.

Os diretores entendem que a redução na variação de 115,4% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, é decorrente principalmente, da não captação de novos empréstimos e financiamento durante o exercício de 2015 e devido amortização de principal e juros sobre o financiamento do BNDES e amortização de juros sobre 3ª emissão de debêntures.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores declaram que a Companhia auferiu aumento de R\$ 29,1 milhões a mais de receita de venda de energia no ambiente livre em 31 de dezembro de 2016, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2015.

Os diretores declaram que a Companhia foi constituída em 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica no Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. A 1ª unidade geradora da Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 e a 2ª unidade geradora em 17 de dezembro de 2014, assim a mesma auferiu receita de energia elétrica nos meses de outubro (mês em que a Companhia realizou testes para entrada em operação), novembro e dezembro o que resultou em uma receita operacional bruta de R\$ 88 milhões, a serem liquidados no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se plenamente em operação, sendo assim, a receita operacional bruta foi de R\$ 155,1 milhões.

Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão abaixo apresentados:

	31/12/2016	31/12/2015	Variação %	31/12/2014	Variação %
Receita operacional bruta	183.496	155.071	18,33%	87.654	76,91%
(-) Deduções da receita operacional	(16.662)	(15.885)	4,89%	(3.891)	308,25%
Programa de Integração Social - PIS	(2.543)	(2.510)	1,31%	(571)	339,58%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(11.715)	(11.562)	1,32%	(2.630)	339,62%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.648)	(1.393)	18,31%	(690)	101,88%
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(756)	(420)	80,00%	-	100,00%
Receita operacional líquida	166.834	139.186	19,86%	83.763	66,17%
(-) Custos e despesas operacionais	(111.033)	(103.489)	7,29%	(9.691)	967,89%
Energia elétrica comprada	(32.315)	(32.629)	-0,96%	-	100,00%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(19.398)	(19.222)	0,92%	(5.835)	229,43%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(4.821)	(5.107)	-5,60%	-	100,00%
Depreciação e amortização	(37.996)	(35.741)	6,31%	(2.354)	1418,31%
Uso do bem público - UBP	(375)	(375)	0,00%	(62)	504,84%
Despesas gerais e administrativas	(3.877)	(1.979)	95,91%	(969)	104,23%
Pessoal	(742)	(704)	5,40%	-	100,00%
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(140)	-100,00%	-	100,00%
Serviços de terceiros	-	-	0,00%	(382)	-100,00%
Materiais	-	-	0,00%	(9)	-100,00%
Outros custos operacionais	(11.586)	(7.881)	47,01%	(80)	9751,25%
Outras receitas	77	289	-73,36%	-	100,00%
Resultado financeiro	(70.821)	(62.179)	13,90%	(25)	248616,00%

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores declaram que não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores declaram que a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores declaram que não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não apresentam ressalvas e/ou ênfase.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores declaram que a Companhia possui políticas de procedimentos e normas de controles internos formalmente estabelecidos, de forma a garantir que todo o processo de informações e transações que envolvam contratações ou movimentações financeiras sejam devidamente registradas e suportadas por documentações hábeis aprovadas em conjunto por dois membros de seu corpo diretivo.

Até o presente momento não detectamos deficiências significativas nos controles internos já estabelecidos para regimento das operações da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores declaram que no contexto da auditoria sobre as nossas demonstrações financeiras, os auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Nas comunicações efetuadas entre a Companhia e seus auditores independentes acerca da existência de deficiências de controles internos quanto à auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, não foram abordados qualquer aspecto relevante, relativo a controles internos, que pudesse afetar de maneira significativa a adequação de nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7 – Caso o Emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes” ou “Projeto”), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

Os diretores comentam que a UHE Ferreira Gomes possui capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW e está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá e que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradoras estão abaixo apresentadas:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes foi conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fez o gerenciamento de riscos do Projeto.

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f).

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas registradas perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

Marca	Duração
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717980, nominativa, classe 40	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718030, nominativa, classe 39	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718065, nominativa, classe 35	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718154, mista, classe 42	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718197, mista, classe 40	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718251, mista, classe 39	04/11/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718286, mista, classe 35	04/11/2024

"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979565, mista, classe 37 14/10/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979573, nominativa, classe 37 14/10/2024
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717930, nominativa, classe 42 04/11/2024

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa sessão

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

**ANEXO II - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 13.2
DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)**

13.2. Remuneração prevista para o exercício social corrente 2017 e reconhecidas nos exercícios de 2014/2015/2016 para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração prevista para o exercício de 2017 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	-	-
Benefício direto e indireto	-	-
d. Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	-

Remuneração reconhecida para o exercício de 2016 (R\$ mil)

f. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
g. Nº de membros	3	3
h. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefício direto e indireto	-	-
i. Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros	-	-
j. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	-

Remuneração reconhecida para o exercício de 2015 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	253.521,24
Benefício direto e indireto	-	108.664,69
d. Remuneração variável		
Bônus		
Participação de resultados		
Participação em reuniões	-	70.000,00
Comissões		
Outros	-	87.783,42
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	5.512,62
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	-	526.727,97

Remuneração reconhecida para o exercício de 2014 (R\$ mil)

f. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
g. Nº de membros	3	3
h. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		631.223,16
Benefício direto e indireto		49.773,08
i. Remuneração variável		
Bônus		42.252,04
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		182.525,05
j. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		30.471,68
Cessaçãõ do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		936.245,01